



29(1):241-246
jan/jun 2004

RESENHA CRÍTICA

CASTRO, Edgardo. *El vocabulario de Michel Foucault*.
Buenos Aires: Prometeo, 2004.

O vocabulário de Michel Foucault: um percurso alfabético por seus temas, conceitos, autores

Pablo Scharagrodsky

No dia 25 de junho de 1984, morria na França um dos pensadores mais provocativos do século XX. Neste ano, 2004, completa-se o vigésimo aniversário de sua morte. Apesar de ter passado tanto tempo, Michel Foucault – ou, talvez melhor, seu modo de fazer filosofia e sua forma de problematização – continua muito presente. Entre as numerosas publicações que apareceram neste ano na Argentina, destaca-se um trabalho: *El vocabulario de Michel Foucault*, escrito pelo filósofo argentino Edgardo Castro e editado pela Editora Prometeo, de Buenos Aires.

Conforme consta no subtítulo do livro, ele faz um percurso um itinerário alfabético por temas, conceitos e autores, desenvolvidos pelo filósofo ao longo de mais de trinta anos.

Apesar das dificuldades que qualquer classificação implica, aqueles que tiverem a possibilidade de ter acesso a esse vocabulário encontrarão uma exaustiva relação de termos, conceitos e pessoas ordenados alfabeticamente. Como explica Castro, o vocabulário “não apenas assinala onde aparece cada termo

nos escritos de Foucault” (Castro, 2004, p. 13) como, além disso, “quer oferecer uma indicação (às vezes sucinta, às vezes extensa) de seus usos e contextos” (Castro, 2004, p. 13). Os critérios utilizados por Castro para selecionar aquilo que deve incluir e aquilo que deve deixar de fora foram norteados pela representatividade de certos conceitos centrais na obra de Foucault, seu interesse pessoal ou, simplesmente, uma suposta utilidade para o leitor. Por isso, o livro “não trata de uma exposição acerca do pensamento de Foucault, mas de um instrumento de trabalho”, tentando “consevar a dispersão que caracteriza o trabalho do filósofo francês” (Castro, 2004, p. 13).

O vocabulário distingue três categorias. Aquela que se refere aos conceitos especificamente foucaultianos – por exemplo: episteme, *a priori* histórico, disciplinas, biopolítica, etc. Aquela que aborda temas tratados por Foucault – por exemplo: ideologia, psiquiatria, poder, etc. E, por último, aquela que trata de autores que aparecem em sua obra – por exemplo: Kant, Clausewitz, Baudelaire, Nietzsche, etc. Todas as categorias estão acompanhadas por um índice da frequência e recorrência do termo correspondente.

No final do vocabulário, encontra-se uma lista dos termos e expressões que correspondem aos títulos dos artigos em sua versão original.

Na seleção de termos e conceitos, mencionam-se a educação, a escola, o poder, as disciplinas, a biopolítica, o Estado, o processo de normalização e o governo, entre outros. Como Castro indica, “ainda que as idéias e as análises de Foucault tenham interessado justamente àqueles que se ocupam da educação, nenhum texto de Foucault foi inteiramente consagrado a essa questão. O tema da educação – que é, sem dúvida, um tema importante na obra de Foucault – aparece sempre em relação com e a partir de outros temas; em primeiro lugar, em relação com a disciplina” (Castro, 2004, p. 106). Foucault sublinhará o processo de disciplinarização da educação, e a nova importância que nela tomará o tema do corpo. Pouco a pouco, o corpo converter-se-á em objeto e alvo de poder de múltiplos discursos, entre os quais se destaca o discurso da pedagogia moderna. Os sistemas educacionais definirão uma determinada política do corpo, “mantendo ou modificando a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que os sustentam” (Castro, 2004, p. 106).

A pergunta sobre o poder será chave. Mas a pergunta de Foucault não é *o que é o poder?*, mas sim *como funciona o poder?* A partir das extremidades, a partir de um ponto de vista positivo e reticular sobre o poder, se terá de perguntar:

a) que sistemas de diferenciação permitem que alguns atuem sobre os outros (diferenças jurídicas, tradicionais, econômicas, competências cognitivas, etc.)?

b) quais são os objetivos que se perseguem (manter um privilégio, acumular riquezas, exercer uma profissão)?

c) quais são as modalidades instrumentais utilizadas (as palavras, o dinheiro, a vigilância, os registros)?

d) quais são as formas de institucionalização implicadas (os costumes, as estruturas jurídicas, os regulamentos, as hierarquias, a burocracia)?

e) qual o tipo de racionalidade que está em jogo (tecnológica, econômica)?

Mediante cada uma dessas instâncias, se quer descrever e analisar “o modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (Foucault, 1995, p. 243). O poder consiste, em termos gerais, em conduzir condutas e dispor de sua probabilidade, induzindo-as, separando-as, facilitando-as, dificultando-as, limitando-as, impedindo-as.

Como assinala Castro, essa última afirmação é, sem dúvida, surpreendente; tem pouco a ver com a idéia da luta como especificidade das relações de poder, ou seja, com a hipótese de Nietzsche a respeito dessa questão. De fato, em seus últimos escritos e cursos no *Collège de France*, aparece um conceito que substitui o conceito de luta: a saber, o conceito de *governamentalidade*. A história das práticas, tal como é levada a cabo por Foucault, deixa de lado não apenas o ponto de vista jurídico acerca do poder e a hipótese repressiva, mas também aquilo que podemos considerar como o conceito cardinal da historiografia moderna: o conceito de revolução. Na realidade, tanto a concepção jurídica liberal como a marxista e a freudiana acerca do poder podem ser vistas como diferentes versões do ideal revolucionário; cada uma delas, a seu modo, constituiu-se como a promessa de uma liberação. A substituição do conceito de luta pelo conceito de governamentalidade tem a ver precisamente com o tema da revolução.

Foucault recuperará a idéia de governo como condução das condutas dos indivíduos e dos grupos.

O poder, no fundo, é menos da ordem do confronto entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo”. (...) O modo de relação próprio do poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntário (que não podem ser mais do que instrumentos); porém, do lado deste modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo (Foucault, 1995, p. 244).

Um dos grandes méritos do vocabulário é compreender que a história do poder a partir da perspectiva foucaultiana procura mostrar como foi possível a integração do poder pastoral na forma jurídica do Estado moderno e, em geral, das formas modernas do poder para além da *Aufklärung*. Castro assinala como Foucault passa para a análise das reelaborações modernas do poder pastoral, para a formação das disciplinas modernas e da biopolítica, ou seja, o aparecimento do biopoder, ainda que registre a impossibilidade de reduzir o estudo do funcionamento do poder ao funcionamento do Estado ou da administração. O biopoder não é um conceito aplicável exclusivamente ao governo considerado institucionalmente, senão ao funcionamento entrelaçado do poder com o saber em geral, nas sociedades modernas. A integração do saber no exercício do governo é uma característica do Estado moderno, o Estado *governamentalizado*.

Como sugere Castro, “a história moderna do poder contém quatro capítulos: disciplina, biopolítica, razão de Estado e liberalismo. Esses dois últimos capítulos analisam as formas políticas, mas são inseparáveis dos dois primeiros e só são compreensíveis a partir deles” (Castro, 2004, p. 266).

Durante a época da razão de Estado, desenvolveu-se, para o governo dos indivíduos, uma *Polizeiwissenschaft*, isso é, uma *ciência da polícia*. Trata-se de um fenômeno europeu, especialmente alemão (a Universidade de Göttingen teve a primeira cátedra de *Ciência da Polícia*). No vocabulário da época, faz-se distinção entre *Politik* e *Polizei*. O primeiro é um conceito negativo, referindo-se à luta contra os inimigos estrangeiros do Estado; o segundo, por outro lado, é um conceito positivo, referindo-se à tarefa de favorecer a vida dos indivíduos e do Estado. De acordo com a definição de Justi (apud Castro, 2004, p. 268), a finalidade da polícia é desenvolver aqueles elementos constitutivos da vida dos indivíduos de modo que eles contribuam para aumentar a potência do Estado. A polícia designa, dessa maneira, um novo domínio de intervenção do Estado. A partir do século XVIII, contemporaneamente à nova forma de governamentalidade representada pelo liberalismo, tem lugar um outro processo fundamental para compreender o funcionamento do poder nas sociedades modernas. Por um lado, o desaparecimento ou o enfraquecimento da Igreja Católica e suas instituições; por outro lado, uma nova institucionalização do poder pastoral.

Não acredito que devêssemos considerar o “Estado moderno” como uma entidade que se desenvolveu acima dos indivíduos, ignorando o que eles são e até mesmo sua própria existência, mas, ao contrário, como uma estrutura muito sofisticada, na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que a esta individualidade se atribuisse uma nova forma, submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos (Foucault, 1995, p. 237).

Nesse sentido – e apesar da função crítica de limitação representada pelo liberalismo –, o Estado moderno procedeu a uma reinstitucionalização do poder pastoral. Foucault registra alguns aspectos desse processo de transformação-apropriação:

1) uma mudança de objetivo: alguns objetivos terrenos substituirão a visão transcendente da pastoral cristã. Nesse sentido, é significativa a evolução semântica do termo *saúde*. Em poucas palavras, passa-se da *salvação* (*salut*) em um outro mundo para a *saúde* (*salut*) no mundo presente.

2) Um fortalecimento da administração do poder pastoral, da tecnologia de individualização. O poder pastoral é exercido não apenas pelo Estado, mas também pelas empresas privadas e pela família. Aqui, as instituições médicas assumem uma importância capital.

3) Tal modificação dos objetivos do poder pastoral e do fortalecimento das instituições que o exercem permitiu o desenvolvimento das Ciências Humanas.

Dessa maneira, onde “antes só havia sujeitos, sujeitos jurídicos dos quais se podia tirar seus bens e até mesmo suas vidas, agora há corpos e populações. O poder torna-se materialista” (Foucault, 1994, p. 194). As novas formas do poder pastoral dizem respeito, precisamente, ao governo das populações, o *biopoder*, e ao governo dos corpos, a *disciplina*.

Mas a idéia de disciplina ficaria indeterminada se não se insiste no conceito de normalização. As instituições disciplinares (o exército, o hospital, a fábrica e, é claro, a escola) são, de fato, instâncias de normalização. A partição, a classificação, a diferenciação e a hierarquização dos indivíduos supõe uma regra que permita cada uma dessas operações. Nesse sentido, Foucault faz uma distinção entre lei e norma, ou entre a penalidade judicial e a micropenalidade da norma. A penalidade da lei estabelece-se em relação a um conjunto de textos – os códigos – que especificam categoriais de condutas segundo a oposição entre *proibido* e *permitido*. A liberdade dos indivíduos, em contrapartida, só é afetada pelas proibições da lei quando se produz uma infração. Apesar de certas analogias formais entre o sistema judicial e os disciplinares, o funcionamento da norma é completamente diferente. A norma afeta todas as condutas, refere todos os atos e condutas individuais a algo que não é simplesmente da ordem do permitido e do proibido, mas sim, ao mesmo tempo a um campo de comparação e de diferenciação, ao *normal*. É aqui, na elaboração da regra de normalidade, onde se pôde desenvolver esse novo campo de conhecimentos que chamamos de Ciências Humanas; ou melhor, é pelo entrelaçamento do saber com o poder – entrelaçamento esse que é característico do funcionamento das instituições disciplinares – que as Ciências Humanas puderam se formar. Em resumo: “As disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas” (Foucault, 2000, p. 183).

Sem dúvida, a obra foucaultiana abre para nós novas interrogações frente à análise das Ciências Humanas, e nos permite pensar a Pedagogia e a Educação de outra maneira.

Outras categorias articuladas e excelentemente desenvolvidas no vocabulário são: arqueologia, autor, carne, clínica, confissão, corpo, cuidado, desejo, discurso, dispositivo, dominação, erótica, estratégia, ética, exame, governo, guerra, história, Homem, sexualidade, ideologia, individualização, linguagem, liberdade, loucura, medicalização, panóptico, poder, prática, prisão, psicanálise, psiquiatria, racismo, religião, repressão, resistência, saber, saúde, sexualidade, soberania, subjetivação, tecnologia, verdade e toda uma gama de expressões e termos gregos muito freqüentes nos últimos escritos do pensador francês.

Todo esse material muito bem sistematizado converte-se numa ferramenta da maior utilidade, não apenas para qualquer educador ou educadora como também para todo intelectual.

Voltando à educação – e como assinalou Foucault numa passagem –, “o papel do intelectual consiste em tornar visíveis os mecanismos de poder que se

exercem de maneira dissimulada. Mostrar, por exemplo, como a escola não é tão somente uma maneira de aprender e ler e escrever, mas uma maneira de impor” (Foucault, 1994, p. 772) e também de produzir certo tipo de subjetividade. A obra de Castro, por sua estrutura e extensão, impõe-se como um material que preenche um vazio existente na bibliografia foucaultiana.

Referências Bibliográficas

- FOUCAULT, Michel. Asiles, sexualité, prisons. In: _____. *Dits et écrits*, vol. II, Paris: Gallimard, 1994, p. 772.
- _____. Les mailles du pouvoir. In: _____. *Dits et écrits*, vol. IV, Paris: Gallimard, 1994, p. 771-802.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Tradução de Alfredo Veiga-Neto, do original em espanhol.
Revisão de Rosa Maria Bueno Fischer.

Pablo Scharagrodsky é professor da Universidade Nacional de Quilmes, no Programa de Pós-Graduação Sujeito e Políticas em Educação.

Endereço para correspondência:
E-mail: pas@unq.edu.ar